

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

O SNS TERMINOU O ANO DE 2021 COM UM SALDO NEGATIVO DE 1100 MILHÕES DE EUROS, A CONTINUA DEGRADAÇÃO DO SNS, O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DEVIDO AO ACESSO DIFÍCIL DOS PORTUGUESES A SERVIÇOS DE SAÚDE, A PROMOÇÃO DO NEGÓCIO PRIVADO DE SAÚDE E DE SEGUROS PRIVADOS DE SAÚDE

A Direção Geral do Orçamento, do Ministério das Finanças, divulgou a “Síntese da Execução Orçamental” referente a 2021. Desse documento oficial retiramos o quadro 1 referente à execução financeira do orçamento do SNS em 2021, que permite ficar a conhecer a sua situação financeira e avaliar um dos problemas graves que enfrenta: a dimensão do subfinanciamento crónico que o está a destruir. No entanto, os problemas que enfrenta que enfrenta o SNS não se resumem apenas à falta de dinheiro, mas existem outros que estão a contribuir também para a sua destruição que analisaremos também neste estudo.

Quadro 1 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - 2021- Milhões €

RÚBRICAS DE RECEITA E DE DESPESA	Execução Provisória	Orçamento Inicial	Execução Provisória	Orc-Inicial_2021-EX_2021
	2020	2021	2021	
Receita corrente	11 110,2	11 298,8	11 210,5	88,3
Receita fiscal	102,1	122,0	105,4	16,6
Impostos indiretos	102,1	122,0	105,4	16,6
Outras receitas correntes	11 008,1	11 176,8	11 105,1	71,7
Receita de capital	51,6	215,7	76,2	139,5
RECEITA EFETIVA TOTAL	11 161,8	11 514,5	11 286,7	227,8
Despesa corrente	11 191,4	11 310,6	12 153,8	-843,2
Despesas com o pessoal	4 680,0	4 813,8	5 060,4	-246,6
Remunerações Certas e Permanentes	3 125,3	3 228,4	3 284,1	-55,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	697,0	697,0	843,5	-146,5
Segurança social	857,7	888,4	932,8	-44,4
Aquisição de bens e serviços	6 361,9	6 412,0	6 960,1	-548,1
Produtos vendidos em farmácias	1 471,6	1 516,9	1 516,6	0,3
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica e outros subcontratos	1 427,6	1 418,2	1 718,8	-300,6
Parcerias público-privadas (PPP)	306,7	289,3	263,4	25,9
Aquisição de bens (compras inventários)	2 235,5	2 294,0	2 421,0	-127,0
Outras aquisições de bens e serviços	920,5	893,6	1 040,3	-146,7
Juros e outros encargos	1,5	0,8	2,2	-1,4
Transferências correntes	145,1	65,7	127,9	-62,2
Outras despesas correntes	2,9	18,2	3,2	15,0
Despesa de capital	262,9	293,1	233,0	60,1
Investimentos	262,4	273,5	232,4	41,1
Transferências de capital	0,5	19,6	0,6	19,0
DESPESA EFETIVA TOTAL	11 454,3	11 603,6	12 386,8	-783,2
SALDO GLOBAL	-292,5	-89,1	-1 100,1	

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP - D.G.O. - Ministério das Finanças

Como revela o Ministério das Finanças, o orçamento inicial do SNS previa já um saldo negativo de 89,1 milhões € em 2021, no entanto o ano terminou, segundo a DGO, com um saldo negativo de 1.100,1 milhões €, que é 12,3 vezes superior ao saldo negativo previsto no orçamento inicial, e 3,8 vezes superior ao défice do orçamento executado em 2020. Para além disso, segundo dados do Portal do SNS, a dívida do SNS em 31/12/2021 a fornecedores privados atingia 1.549 milhões €, tendo aumentado em fev.2022 para 1.888 milhões € (+339M€). Assim, não há SNS que resista, mas é assim que o governo se gaba de ser um governo de “contas certas” (será, com aquela enorme dívida?) e de redução significativa do défice orçamental.

As rubricas de despesas com saldos negativos mais elevados são a “Aquisição de bens e serviços” a entidades privadas (-548,1 milhões €) e “Despesas com Pessoal” (-246,6 milhões €). Apesar do investimento no SNS ser claramente insuficiente para recuperar e alargar os hospitais degradados e para construir os novos hospitais prometidos pelos sucessivos governos há muitos anos, mas continuamente adiados; repetindo, apesar do investimento previsto para 2021 ser claramente insuficiente (apenas 273,5 milhões €) mesmo assim uma parcela dele não foi realizada (41,1 milhões €).

O SNS É UM IMPORTANTE FINANCIADOR DOS PRIVADOS, E AS DESPESAS COM AS REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE TÊM CADA VEZ MENOR PESO NAS DESPESAS TOTAIS DO SNS

Não são apenas os subsistemas públicos de saúde, como a ADSE, que financiam os privados como muitos pensam ou afirmam. O SNS é o mais importante financiador dos privados como mostra o quadro 2

Eugénio Rosa – economista – os outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais inscreva-se em www.eugeniorosa.com

Quadro 2 - Peso (%) da "Despesa com Pessoal" e com "Aquisição de bens e serviços" a privados representa na Despesa Efetiva Total do SNS			
RÚBRICAS DE DESPESA - o peso das principais rúbricas de despesa do SNS na Despesa Total do SNS	Execução Provisória	Orçamento Inicial	Execução Provisória
	2020	2021	2021
DESPESA EFETIVA	11 454,3	11 603,6	12 386,8
DESPESA COM PESSOAL - Milhões €	4 680,0	4 813,8	5 060,4
Remunerações Certas e Permanentes - Milhões €	3 125,3	3 228,4	3 284,1
Abonos Variáveis ou Eventuais - Milhões €	697,0	697,0	843,5
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS A PRIVADOS - Milhões €	6 361,9	6 412,0	6 960,1
% DESPESA PESSOAL da DESPESA EFETIVA TOTAL	40,9%	41,5%	40,9%
% Remunerações Certas e Permanentes da Despesa Efetiva Total	27,3%	27,8%	26,5%
% Despesa Pessoal variável da Despesa com Pessoal Total	14,9%	14,5%	16,7%
% DESPESA AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS A PRIVADOS da DESPESA TOTAL	55,5%	55,3%	56,2%

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP - D.G.O. - Ministério das Finanças

Como mostram os dados do Ministério das Finanças do quadro 2 a despesa com as “Remunerações certas e permanentes” dos profissionais de saúde, em percentagem da Despesa Efetiva total do SNS tem diminuído pois passou, entre 2020 e 2021, de 27,3% para 26,3% da despesa total do SNS. Um aspeto significativo, é peso crescente dos “Abonos Variáveis e Eventuais” nas Despesas com pessoal. Entre 2020 e 2021 aumentaram de 14,9% da Despesa com Pessoal total para 16,7%. No lugar de contratar mais profissionais de saúde, o governo tem optado por “obrigá-los” a fazer mais horas de trabalho, com os efeitos graves que isso tem (cansaço, diminuição de produtividade, maior risco para os doentes, etc.).

A despesa com o recurso a fornecedores e prestadores privados não para de crescer. Em 2020, representou 55,5% da Despesa Efetiva total do SNS tendo aumentado para 56,2% em 2021. O SNS é uma fonte gigantesca de financiamento para os privados. Em 2021, atingiu 6.960 milhões €, quando na ADSE é de cerca de 560 milhões €. E ainda se diz que a ADSE é o principal financiador dos privados.

MAS OS PROBLEMAS GRAVES DO SNS NÃO SE LIMITAM APENAS AO SUBFINANCIAMENTO CRÓNICO DE QUE SÓ SE FALA. O GOVERNO SUBESTIMA OS PROBLEMAS DO SNS, E NÃO VÊ A SUA DEGRADAÇÃO CRESCENTE QUE ESTÁ A PERMITIR O FLORESCIMENTO DO NEGÓCIO PRIVADO DE SAÚDE. SÃO NECESSÁRIAS OUTRAS MEDIDAS PARA O SALVAR

O financiamento dos privados pelo SNS não é apenas aquele que se acabou de referir. Ele faz-se também pela **promiscuidade que existe entre o público e o privado (profissionais de saúde que trabalham simultaneamente em hospitais públicos e em hospitais privados)**. E são muitos milhares profissionais do SNS que trabalham também nos hospitais privados, onde são pagos à peça ou comissão por ato realizado. Os sucessivos governos ao recusar aos profissionais de saúde carreiras e remunerações dignas, e ao não exigir a não a exclusividade pelos menos para os novos profissionais (*médicos, enfermeiros, etc.*), e ao sujeitá-los desde 2010, como à restante Administração Pública, a aumentos na sua Tabela Remuneratória de apenas 0,3% em 2020 e de 0,9% em 2022, estão a empurrar os profissionais de saúde para trabalhar também no setor privado, para assim completarem as reduzidas remunerações que recebem, o que está a degradar profundamente o SNS e a financiar os grandes grupos de saúde. A “dedicação plena” de Marta Temido é um simulacro de exclusividade pois mantém a promiscuidade público-privado que está a destruir o SNS.

Um outro aspeto que está a destruir o SNS foi a **substituição da escolha das chefias com base em critérios de competência por chefias com base na confiança política**. Isso começa pelas administrações dos hospitais públicos que foram nomeadas e da confiança política dos governos PSD, que se mantêm, e PS (*há exceções, mas são poucas*) e, embora existam concursos formais para os cargos das chefias, os júris são escolhidos e nomeados pelo conselho de administração, e os selecionados pelos júris só entram em funções se e quando o conselho de administração aprovar. Os diretores deixaram de serem escolhidas pelos seus pares em função da sua experiência e competência profissional. **Todo esta estrutura baseada na confiança política destruiu completamente o paradigma inicial com que foi criado o SNS, fomentando a desresponsabilização e a arbitrariedade**. O SNS precisa de uma profunda reforma, com medidas claras que motivem os seus profissionais, que acabem com a promiscuidade existente que está a destruí-lo, e introduza a exclusividade e acabe com desresponsabilização, que o dote dos meios materiais e humanos que precisa para responder às necessidades de serviços de saúde dos portugueses. É inaceitável que 1.169.312 portugueses em fev.2022 não tenham médico de família, e o seu número não pare de crescer, o que os obriga a recorrer às urgências dos hospitais, quando 42% podiam ser tratados nos Centros de Saúde. E a ministra de saúde confrontada com a grave situação da rutura nas urgências dos hospitais causada pela sobrecarregada com “doentes” que podiam e deviam ser tratados pelos Centros de Saúde, se estes funcionassem eficazmente, subestimou a gravidade da situação com a seguinte resposta “*Estamos com alguma procura decorrente de casos de gripe...*” Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt, 30/3/2021

Eugénio Rosa – economista – os outros estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2